

# DISCURSO DA IMPRENSA SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Rosalir Viebrantz<sup>1</sup>  
Odalberto Domingos Casonatto<sup>2</sup>  
Patrícia Somers<sup>3</sup>

## RESUMO

Nesta pesquisa, fazemos uma análise da discussão encontrada na imprensa sobre a formação de professores e as políticas de Ação Afirmativa (AA), expressa pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, ambos on-line. Aproximamo-nos da temática em estudo com o seguinte questionamento: como os meios de comunicação abordam a formação de professores e as Políticas de Ação Afirmativa no Brasil? Foram selecionadas 967 reportagens entre os anos 2000 e 2010, sendo editoriais e matérias de opinião de jornalistas. O critério de seleção adotado, para a coleta geral do material, teve o propósito de cobrir a diversidade de posicionamentos e argumentos que permearam o debate. Uma vez coletado o material, as reportagens foram codificadas e analisadas através da técnica de análise de conteúdos, emergindo cinco grandes categorias que foram trabalhadas no texto: educação de professores e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica; raça, racismo e identidade racial; Ação Afirmativa no Brasil e as ambiguidades em torno das AA; acesso a Educação e qualidade; Ações Afirmativas e Educação Superior, custos e benefícios.

Palavras-chave: Políticas de Ação Afirmativa; Acesso; Qualidade em educação; Discurso da imprensa.

## 1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO E A METODOLOGIA DA PESQUISA

Analisar o papel contemporâneo da mídia em geral, e da imprensa em particular, tem se constituído tarefa imprescindível por vários motivos. Um deles é, sem dúvida, o alcance e a importância

---

1 Pós-Doutor pela PUC/RS. Professora do IF Sul - Campus Sapucaia do Sul. rviebrantz@sapucaia.ifsul.edu.br

2 Dr. pesquisador e livre docente. odalberto\_domingos@hotmail.com

3 Dr. Patricia Somers is an Associate Professor of Higher Education at the University of Texas at Austin. pasomers@austin.utexas.edu

que a mídia adquiriu como informadora e formadora de opinião. Martins (2006, p. 191) afirma que a imprensa ocupa o posto de principal instituição veiculadora de informação, ao dispor de uma estrutura e um aparato que lhe possibilitam atingir milhões de pessoas, e também, por conseguinte “pelo grau de dependência que as pessoas e as instituições têm em relação a ela na formação e na sedimentação de uma visão de mundo”. Outro motivo é que os discursos apresentados pela imprensa constituem espaços importantes para pautar e confrontar os sentidos atribuídos a determinadas questões (FISCHMAN; HAAS, 2005). Martins (2006, p. 205), alerta para o importante papel que a imprensa desempenha nesse processo: a imprensa – por suas características peculiares de instituição social forçada a veicular as muitas vozes da esfera pública – “emerge como um espaço privilegiado de formulação e fixação de sentidos e de disputa do consenso em torno do assunto”.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise de editoriais e matérias de opinião de jornalistas veiculadas pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, ambos de acesso on-line, entre os anos 2000 e 2010, sobre Formação de Professores, Políticas de Ação Afirmativa, Acesso e Qualidade em Educação. A decisão de realizar um estudo sobre os editoriais e opiniões dos jornais se deu, por um lado, devido ao interesse em verificar com mais atenção a posição assumida pelos jornais em relação à temática pesquisada e, por outro, à preocupação com a análise das diferentes vozes e das diversas linhas de argumentação presentes no debate. Aproximamos dos jornais com alguns questionamentos: Como os meios de comunicação abordam a formação de professores e as políticas de Ação Afirmativa, o acesso e a qualidade da Educação no Brasil? Os meios de comunicação se posicionam a favor ou contra as AA?

A difusão da expressão Ação Afirmativa ocorre no país cercada por ambiguidade, e nas reportagens analisadas, na maioria das vezes, a categoria emergente que expressa Ação Afirmativa são os programas de cotas. Para o Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, as cotas só existem porque as oportunidades, no Brasil, não são iguais. (O GLOBO, 14/03/2008). Neste contexto, as Ações Afirmativas podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais como a educação e o emprego, por parte da população em geral. O principal objetivo destas medidas

consiste em promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios. No Brasil, as ações afirmativas são representadas essencialmente enquanto programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão (raciais, étnicos, entre outros) por meio da reserva de vagas (HERINGER,1999). As AA significam a possibilidade de acesso a oportunidades além de assegurar a igualdade. Para Silva (2003) e Siss (2003, 2003. p.187), uma ação afirmativa é uma iniciativa essencial de promoção da igualdade, pois “tais políticas cumprem o relevante papel de abrir, de forma imediata, a sociedade brasileira aos direitos constitucionais de sujeitos coletivos históricos, secularmente colocados em situação de subalternidade”.

Este texto se situa no conjunto de pesquisas que mostram que a sociedade brasileira tem profundas desigualdades, baseadas não somente em questões de classe, como tradicionalmente se reconhecia, mas também fundamentadas em dinâmicas raciais. Este trabalho também assinala que as políticas de AA surgiram como uma resposta possível, entre outras, a uma situação social em que a contradição entre a enunciação dos direitos legais e o cumprimento desses direitos estava longe de satisfazer as reivindicações de grupos sociais que há muito se organizavam e se mobilizavam para que fossem cumpridos.

## **2 COLETA DE DADOS**

O conjunto de reportagens submetidas à análise foi de 967, entre o período de 2000 a 2010. No jornal on-line Folha de São Paulo, foram analisados 404 editoriais e 367 matérias de opinião de jornalistas, de um total de 786. No jornal on-line O Globo, encontraram-se 200 reportagens, sendo analisados 104 editoriais e 96 matérias de opinião de jornalistas. Deste total de reportagens, foram selecionadas aleatoriamente em torno de 15% das matérias de cada um dos jornais para serem codificadas. Do jornal *O Globo* foram codificadas 32 reportagens, sendo 17 editoriais e 15 matérias de opinião de jornalistas. Do jornal *Folha de São Paulo*, foram codificados 70 editoriais e 80 matérias de opinião de jornalistas. O total geral de reportagens codificadas para essa pesquisa foi de 182 reportagens.

### **3 ANÁLISE DOS DADOS**

As reportagens, uma vez selecionadas, foram analisadas e codificadas através da técnica de análise de conteúdos, com a finalidade de identificar a relação entre os fenômenos estudados. Moraes (1999) e Somers (2008) dividem o processo de análise de conteúdo em cinco etapas, as quais foram seguidas rigorosamente. Na etapa de *Preparação*, verificou-se a representatividade e a pertinência das reportagens em relação aos objetivos propostos e à codificação dos materiais. Na etapa de *Unitarização*, foi realizada cuidadosamente a releitura das reportagens, e definidas as unidades de análise, no caso, palavras e termos repetidos ou de mesmo sentido que remetiam a uma mesma ideia. As unidades foram codificadas e posteriormente isoladas, tendo sido reelaboradas para que tivessem um significado completo em si mesmas e agrupadas em unidades de conteúdo. A *Categorização/Codificação* foi feita em três fases (inicial, intermediária e final), mantendo-se um critério semântico analógico. Nos três níveis de categorização, foram observadas e cumpridas as características fundamentais nos critérios de categorização, quais sejam: a validade – pertinência em relação aos objetivos da análise; a exaustividade – classificação de todos os dados significativos; a homogeneidade – manutenção de uma única dimensão de análise; a exclusividade – classificação de cada elemento em uma única categoria e a objetividade ou consistência – classificação clara ao longo de toda a análise. No trabalho de *Descrição*, produziram-se “textos-síntese” em que se buscou expressar o “conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise” (MORAES, 1999). Finalmente, na etapa de *Interpretação*, foram retomadas as categorias finais, procedeu-se a um trabalho de inferência e interpretação à luz das teorias existentes sobre o tema em estudo e buscou-se apoio de outros autores.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nas categorias finais, emergiram cinco temáticas/categorias, analisadas nesta pesquisa, sendo elas:

- a) *Educação de professores e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.* A ausência de professores

negros faz incidir a discriminação sobre os alunos negros, pobres e ainda sobrecarregados financeiramente, uma injustiça simbólica de carecer de figuras modelares de identificação que os ajudem a construir uma autoimagem positiva e suficientemente forte para resistir aos embates do meio acadêmico racista/discriminatório em que estão inseridos. Se pararmos um pouco de pensar nos estudantes e pensarmos nos professores que, em última instância, votarão nos Conselhos Acadêmicos as propostas de inclusão social/racial, descobriremos que 99% deles são brancos. A primeira realidade que devemos ter em mente é a de que é, ainda, no Brasil, muito mais alta a porcentagem de professores brancos. Um ponto de partida, então, para as discussões das ações afirmativas e a educação de professores é lembrar o seguinte fato: "todas" as universidades do exterior que são referência de excelência para a academia brasileira são muito mais integradas racialmente que as nossas universidades. Isso significa que estamos resistindo a iniciar uma integração que já ocorreu nos chamados "centros de excelência": Harvard, Universidade do Texas, Oxford, Paris, Cambridge, Berlim, Columbia, entre outras.

Se olharmos nossas universidades públicas e particulares, brasileiras, perceberemos em nossos quadros docentes a quase inexistência de professores negros em sala de aula. Já na pós-graduação a temática torna-se mais agravante, devido à elitização e branqueamento dos grupos de pesquisa. Se o número de professores negros nas universidades públicas não chega a 1%, o número de pesquisadores negros que participam do sistema de produtividade em pesquisa não deve chegar a 0,5%. Nas poucas áreas que conseguimos observar, há casos em que todos os pesquisadores, sem exceção, são brancos. O único modo possível para uma integração dos negros na pesquisa científica brasileira é por um sistema amplo de ações afirmativas. O CNPq terá que reservar bolsas de preferência para pesquisadores negros empobrecidos, começando pelos professores negros que já estão inseridos nas universidades e que desenvolvem pesquisas e orientações de estudantes negros, para que se fortaleçam e ajudem a formar uma rede de pesquisadores.

Em 2006, a Folha de São Paulo (04/02/2006) em suas reportagens sobre "cota para docente negro" afirma que os

especialistas em ensino superior divergem sobre a adoção de reserva de vagas para docentes de universidades. Os contrários à proposta afirmam que os concursos devem selecionar os melhores candidatos, sem considerar suas origens. Os favoráveis dizem que as cotas podem trazer uma benéfica diversidade para o setor. A reportagem afirma também que deverá haver até dificuldades para preencher essas vagas, pois "os candidatos precisam ter, no mínimo, mestrado. A população negra com esse título é pequena". A reportagem defende o sistema de cotas para professores afrodescendentes por três motivos. O primeiro é jurídico e está embasado nas medidas de igualdade. O segundo é social. "Se o Brasil tem quase metade da população que se autodeclara negra, é chocante quase não haver docentes negros nas universidades." Por fim, apresenta argumentos políticos. "É fundamental ter cotas para que se tenha na elite um território menos branco."

A presença do professor pesquisador negro, empobrecido, nas universidades é ainda no Brasil "invisível". A diminuição das desigualdades precisa de medidas práticas e não só de discurso. Em suma, os negros, empobrecidos, representam quase a metade da população brasileira. No Censo Demográfico, aparecem como pretos e pardos. Nos últimos quinhentos anos, foram responsáveis por boa parte do serviço duro e pesado que resultou na construção deste País. Contudo, na hora da divisão dos frutos desse esforço, eles ficaram com as sobras e ou migalhas.

b) *Identidade racial, relações raciais, raça e racismo.* O debate atual sobre identidade racial, a existência ou não do racismo no Brasil e sobre as formas de interação estabelecidas entre os diferentes grupos de raça ou cor, está centrado em posicionamentos divergentes a respeito do mito da democracia racial. Entretanto, não se pretende, porém, limitar o problema ao passado (GUIMARÃES, 1999; TELLES, 2003; MEDEIROS, 2004). Pelo contrário, a forma atual e particular que a questão racial assume manifesta a raça como outro, assim sendo, estamos diante dessa modalidade original de preconceito, um preconceito alterativo que localiza no próximo, ou no vizinho ao lado, a discriminação. A ideia de que no Brasil não existe discriminação ou preconceitos raciais e que as diferentes raças convivem em harmonia, já não

representa um consenso no país. No entanto, com o advento das políticas de AA e, especialmente, da implantação de cotas baseadas no critério racial ou de cor, este debate é retomado com muita força nos jornais estudados. (FOLHA DE S. PAULO, 23/02/2009).

- c) *Ação afirmativa no Brasil e as ambiguidades em torno das AA.* A conferência de Dobam, África do Sul, em 2001 (FOLHA DE S. PAULO, 29/08/2001), se constituiu em marco importante, no Brasil para as AA. As ações afirmativas no Brasil continuam a se multiplicar, todavia, o debate nacional sobre o tema ainda é dominado pela questão da validade (ou não) de tal iniciativa. Os jornais estudados, em suas reportagens, ora são a favor, ora são contra, mas apontam ganhos, perdas e possibilidades de aperfeiçoamento das AA no Brasil. É claramente uma redução e um erro ignorar que as Ações Afirmativas não são apenas para negros. Estas ambiguidades, que contribuíram para tornar as políticas de AA tão controversas, relacionam-se e são reflexos, por um lado, de um conflito complexo e multifacetado que envolve, fundamentalmente, a distribuição social de um bem almejado, que é o acesso à universidade; mas, por outro lado, expressam dificuldades políticas, sociais, históricas e culturais que envolvem os debates sobre raça e racismo no Brasil e sobre as percepções que os brasileiros têm sobre sua própria identidade nacional e racial. "A igualdade racial tem que ser igualdade cultural". (DASCAL, 16/07/2006).
- d) *Acesso à educação e qualidade.* Problemas no acesso e efetividade no ensino básico comprometem educação dos jovens brasileiros, ou seja, o acesso restrito e a baixa qualidade e efetividade da educação básica, em especial no ensino fundamental e médio, continuam sendo os principais calcanhares de Aquiles da educação brasileira, pois menos de um terço dos jovens da faixa etária entre 18 e 24 anos frequentou a escola - nível fundamental, médio ou superior (O GLOBO, 20/05/2008). O Brasil figura entre as nações da América Latina com uma das mais baixas taxas de acesso ao ensino superior (FOLHA DE S. PAULO, 02/03/2005; WEBER, 12/12/2008).
- e) *Ações afirmativas em universidades – custos e benefícios.* Conforme as reportagens analisadas, a expansão do sistema de ensino superior brasileiro ocorrida nos últimos anos manifesta, por um

lado, um alto grau de privatização. Por outro lado, esse processo possibilitou uma transformação nesse nível de ensino, pois embora sem ampla cobertura, a oferta ampliou-se, com uma diversificação do público quanto à renda e à faixa etária, entre outros. As políticas afirmativas, em específico as cotas para o ingresso da população brasileira afrodescendente à Educação Superior, têm sido utilizadas como ações reparadoras por instituições que, ao fazer uso destas, contribuem para que a sociedade brasileira possa amenizar as consequências sofridas por aqueles que são vítimas do racismo e da discriminação racial.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto à temática da educação de professores e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica, concluímos que o único modo possível para uma integração dos negros na formação de professores e na pesquisa científica brasileira é por um sistema amplo de ações afirmativas. Entretanto, pensamos que o CNPq terá que reservar bolsas de preferência para pesquisadores negros empobrecidos, começando pelos professores negros que já estão inseridos nas universidades e que desenvolvem pesquisas e orientações de estudantes negros, para que se fortaleçam e ajudem a formar uma rede de pesquisadores.

Os jornais em estudo fomentam o debate sobre o acesso e a qualidade em educação, mas centram prioritariamente suas reportagens sobre as AA. A Folha de S. Paulo possui um número maior de reportagens sobre a temática analisada, assim sendo, se manifesta mais favorável às AA e à questão do debate sobre a identidade racial, acesso e qualidade em educação. Entretanto, mesmo fazendo profundas críticas e com um número bem menor de reportagens, o jornal O Globo "defende" as políticas de AA, desde que tenham lugar no ensino público básico, com caráter universal e de classe, pois deveria abranger a todos os empobrecidos, independente da cor (O GLOBO, 25/09/2008). O jornal reivindica que o Governo adote seu conceito ampliado de AA, em que afirma que: "É indiscutível a necessidade de ações afirmativas. Mas que não sejam excludentes. Deve-se cuidar de todos os desassistidos, não apenas dos negros. A melhor alternativa é um esforço geral,



do Estado e da sociedade, para aprimorar o ensino público básico. Todos ganharão" (O GLOBO, 11/03/2004).

Sendo assim concluímos, com fechando ou abrindo essa história, já que ninguém é infalível, que as questões desse tipo são melhores para pensar do que para resolver, vale mais provocar e incomodar do que estar à cata de receitas fáceis e prontas, ou poções mágicas que anunciem o final derradeiro do problema. Porém, o estudo, em ambos os jornais, indica que em relação aos temas de identidade racial, acesso e qualidade em educação no Brasil, estamos bem longe de um "e viveram felizes para sempre".

## REFERÊNCIAS

DASCAL, M. A igualdade Racial tem que Ser Igualdade cultural. In: FOLHA DE S. PAULO, 16/07/2006.

Editorial. Ação Afirmativa. O Globo, 15/03/2005.

Editorial. Confusão Racial. O Globo, 23/01/2004.

Editorial. Cotas Raciais. O Globo, 11/03/2004.

Editorial. Cotas Raciais. O Globo, 29/12/2005.

Editorial. *Obra Desvenda a Construção e o Funcionamento do Racismo no Brasil*. Folha de São Paulo, 23/02/2009.

Editorial. Qualidade de Ensino é o Principal Desafio no Combate ao Analfabetismo. O Globo, 25/09/2008.

Editorial. Rota Invertida. O Globo, 27/03/2006.

Editorial. Veja as Propostas sobre Racismo do Brasil que Podem não Vingar. Folha de São Paulo, 29/08/2001.

Editorial: In: O Globo, On-line. *Problemas no Acesso e de Efetividade no Ensino Básico Comprometem Educação dos Jovens Brasileiros*. 20/05/2008.

FISCHMAN, Gustavo E., HAAS, Eric. Education & Consent: Critical Discourse Analysis and Higher Education" Invited address at *Institute for Advanced Studies Research Seminar*, Lancaster University, Lancaster, England, December 6, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

HERINGER, Rosana. (Org). *A Cor da Desigualdade: Desigualdades Raciais no*

## Discurso da imprensa sobre ação... - Rosalir Viebrantz et al.

Mercado de Trabalho e Ação Afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Raciais e Étnicos/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999.

MARTINS, André R. N. Racismo e imprensa – argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades *In: SANTOS, Sales A. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos), p. 179-207.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na Raça: Legislação e Relações Raciais, Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

MORAES, Roque. *Análise de Conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, PUCRS, v.21, n. 37, p.7-32, mar.1999.

SILVA, Cidinha da (org.). *Ações Afirmativas em Educação: Experiências Brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: Razões Históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENEJB, 2003. 220 p.

TELLES, Edward. *Racismo a Brasileira: uma nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003. 347 p..

WEBER, D. *Todos pela Educação: no Ritmo atual, Brasil não Atingirá Metas*. *In: O Globo*, on-line, 12/12/2008.

**Recebido em: fevereiro de 2012**

**Publicado em: março de 2012**